



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Programa da Unidade Curricular
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Ano Lectivo 2024/2025

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito

2. Curso

DIREITO

3. Ciclo

1º

4. Unidade Curricular

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (02316)

5. Área Científica

6. Ano Curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-Práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos ECTS

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor ANTÓNIO JULIO DA FONSECA SANTOS CUNHA

12. Assistentes

Dr. JOSE CARLOS GARCIA DOS SANTOS

13. Língua de Ensino

Português

14. Objetivos Gerais

Ministrar aos alunos os conhecimentos necessários à:

- Compreensão das características e princípios fundamentais da função jurisdicional do Estado e da organização judiciária portuguesa.
- Compreensão dos elementos estruturantes e aspectos comuns dos diferentes processos jurisdicionais, bem como do Direito Processual (em geral).
- Compreensão dos princípios fundamentais (constitucionais) do Direito Processual em geral

15. Objetivos Específicos

Aprendizagem:

- Dos princípios constitucionais referentes à função jurisdicional do Estado e da organização dos tribunais.
- Das características e fins dos diferentes processos jurisdicionais, tendo como referência comparativa o direito processual civil.
- Da disciplina jurídica de alguns aspectos comuns aos diferentes processos jurisdicionais.
- Da disciplina dos pressupostos processuais.
- Das regras de repartição do poder jurisdicional pelas diferentes categorias e espécies de tribunais



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

16. Competências a adquirir

Aptidão para o exercício de profissões jurídicas ou em geral que exijam o conhecimento da organização do Estado quanto à administração da justiça.

17. Metodologia de Ensino

Privilegiar uma pedagogia activa procurando uma maior intervenção, empenho e responsabilização dos alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento das suas competências. Incentivar a intervenção em debates e a investigação individual ou em grupo.

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

1. A FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO

1.1 Organização judiciária. Aspetos gerais.

A função jurisdicional no Estado de Direito.

1.2. Princípios gerais da função jurisdicional e da organização dos tribunais.

1.2.1 Quanto à Organização dos Tribunais

1.2.2 Quanto à função jurisdicional: Independência; Imparcialidade; Irresponsabilidade; Obrigatoriedade de

fundamentação; Obrigatoriedade das decisões. Eficácia autoridade das decisões. O caso julgado. A publicidade das audiências. A essencialidade do patrocínio forense.

1.3 A Jurisdição nos tribunais judiciais em especial

1.3.1 Jurisdição definitiva e jurisdição provisória.

1.3.2 Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.

1.3.3 Jurisdição permanente e jurisdição arbitral. Traços gerais

2. O DIREITO À TUTELA JURISDICIONAL

2.1 O Direito de acesso aos tribunais.

2.2 Acesso ao Direito . O Apoio judiciário

3 COMPOSIÇÃO NÃO JURISDICIONAL DE CONFLITOS E MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS. ASPETOS GERAIS

4. PROFISSÕES FORENSES. ASPETOS GERAIS

4.1 Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público.

4.2 Advocacia

5. ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS.

5. 1 Competência dos Tribunais Judiciais

5.1.1 Noção. Conflitos de competência e de Jurisdição. Modalidades

5.1.2 Competência internacional.

5.1.3 Competência interna. Os diferentes critérios de repartição do poder jurisdicional.

5.2 Tribunais não judiciais. Competência. Traços gerais.

5.2.1 Tribunal Constitucional

5.2.2 O Supremo Tribunal Administrativo e os demais tribunais administrativos e fiscais.

5.2.3 O Tribunal de Contas.

5.2.4 Tribunais de conflitos

5.2.5 Tribunais Marítimos.



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

- 5.2.6 Julgados de paz
- 5.2.7 Tribunais militares
- 5.2.8 Tribunais arbitrais.

6. DA TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL DECLARATIVO

- 6.1 Da ação, do objeto do processo e das partes. Aspectos gerais
- 6.2 Pressupostos processuais. Noções gerais.
 - 6.2.1 Pressupostos processuais positivos e negativos. Confronto com figuras afins.
 - 6.2.2 Personalidade, capacidade e legitimidade processual.
 - 6.2.3 Interesse em agir.
 - 6.2.4 Patrocínio judiciário.

19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos.
- Participação efetiva nas aulas.
- Resultados obtidos em dois testes de avaliação

20. Recursos Didáticos

Power-point (organigramas-peças processuais)
Moodle
Bases de Dados on line (jurisprudência)

21. Objetivos de Sustentabilidade

Gerais 1 - Assegurar a igualdade de acesso à educação de qualidade. 2 - Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilitações relevantes. 3 - Garantir a igualdade de oportunidades no ensino universitário. 4 - Promover a desmaterialização do processo de ensino/aprendizagem de forma gradual.
Específicos 1 - Promover o Estado de Direito. 2 - Contribuir para a tomada de decisão responsável

22. Palavras Chave

Tribunais - Competência - Processo - Jurisdição- profissões forenses- pressupostos processuais



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): António Júio Cunha
Título: Direito Processual Civil Declarativo
Edição: 2ª Ano: 2015
Local: Lisboa
Editora: Quid Juris

Autor(es): José Lebre de Freitas
Título: A Acção Declarativa Comum, À luz do Código de 2013
Edição: 8ª Edição Ano: 2024
Local: Coimbra
Editora: Coimbra editora

Autor(es): José Lebre de Freitas
Título: Introdução ao Processo Civil- Conceito e Princípios Gerais
Edição: 5º Edição Ano: 2023
Local: Coimbra
Editora:

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): António Vieira Cura
Título: Curso de organização judiciária
Edição: 2ª Ano: 2018
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): Gomes Canotilho
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição
Edição: 7ª Reimpressão Ano: 2019
Local:
Editora: Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Ficha técnica MIP / MIP Datasheet	
Título / Title	Programa da unidade curricular 'ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA': Ano Lectivo 2024/2025
Autor / Author	Prof. Doutor ANTÓNIO JULIO DA FONSECA SANTOS CUNHA
Classificação / Classification	-
Descritores / Descriptors	-
Colaborador(es) / Colaborator(s)	-
Data Hora / Date Time	08-07-2024 20:52:00
Formato de dados / Data Format	Texto / Text, PDF
Estatuto de utilização / Usage	Acesso público / Public Access
Relação / Relation	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada, 2024	



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Programa da Unidade Curricular
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Ano Lectivo 2024/2025

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito

2. Curso

DIREITO

3. Ciclo

1º

4. Unidade Curricular

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (02316)

5. Área Científica

6. Ano Curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-Práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos ECTS

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor LÚCIO MIGUEL TEIXEIRA CORREIA

12. Assistentes

13. Língua de Ensino

Português

14. Objetivos Gerais

Ministrar aos alunos os conhecimentos necessários à:

- Compreensão das características e princípios fundamentais da função jurisdicional e da organização judiciária portuguesa.
- Compreensão dos elementos estruturantes e aspectos comuns dos diversos processos judiciais, bem como do Direito Processual (em geral).
- Compreensão dos princípios fundamentais do Direito Processual
- Estabelecer uma primeira aproximação dos alunos à "vivência", ao "quotidiano" dos Tribunais

15. Objetivos Específicos

Aprendizagem:

- Dos princípios constitucionais referentes à função jurisdicional do Estado e da organização dos tribunais.
- Das características e fins dos diferentes processos judiciais, tendo como referência comparativa o direito processual civil.
- Da disciplina jurídica de alguns aspectos comuns aos diferentes processos judiciais.
- Da disciplina dos pressupostos processuais.
- Das regras de repartição do poder jurisdicional pelas diferentes categorias e espécies de



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

tribunai

16. Competências a adquirir

Aquisição de conhecimentos de princípios fundamentais do processo civil

Aptidão para o exercício de profissões forenses

17. Metodologia de Ensino

Privilegiar uma pedagogia activa procurando uma maior intervenção e empenho dos alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento das suas competências. Incentivar a intervenção em debates e a investigação individual ou em grupo.

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

1. Função jurisdicional

1.1 Notas introdutórias. Noção.

1.2 Função jurisdicional e Tribunais

1.3 Composição não jurisdicional de conflitos e meios alternativos de resolução de litígios.

1.4 Princípios gerais da função jurisdicional e da organização dos tribunais.

1.4.1 Quanto à Organização dos Tribunais

1.4.2 Quanto à função jurisdicional.

1.4.2.1 Independência.

1.4.2.2 Imparcialidade

1.4.2.3 Irresponsabilidade

1.4.2.4 Obrigatoriedade de fundamentação

1.4.2.5 Obrigatoriedade das decisões. Eficácia e autoridade das decisões. O caso julgado.

1.4.2.6 A publicidade das audiências.

1.4.2.7 A essencialidade do patrocínio forense.

2. O Direito à Tutela Jurisdicional

2.1 Direito de acesso aos tribunais, direito de acção e direito a uma decisão de mérito. Tutela constitucional.

2.2 Acesso ao Direito e aos Tribunais. O Apoio judiciário

3. Profissões forenses.

3.1 Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público.

3.2 Advocacia

3.3 Solicitoria

4. Direito Processual

4.1 O processo como instrumento da função jurisdicional

4.2 Direitos processuais e Direito Processual Civil

4.3 Características fundamentais

4.4 Processos judiciais.

4.5 Interpretação e integração das leis processuais

4.6 Aplicação da lei processual no tempo

4.7 Aplicação da lei processual no espaço

5. Direito Processual Civil

5.1 Noção, características e fim. A sua importância prática e teórica

5.2 Jurisdição definitiva e jurisdição provisória. Os procedimentos cautelares



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

- 5.3 Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa
- 5.4 Jurisdição permanente e jurisdição arbitral
- 5.5 Princípios fundamentais
- 5.6 Pressupostos processuais. Noções gerais
 - 5.6.1 Noção.
 - 5.6.2 Pressupostos processuais positivos e negativos. Confronto com figuras afins.
 - 5.6.3 Personalidade, capacidade e legitimidade processual.
 - 5.6.4 Interesse em agir.
 - 5.6.5 Patrocínio judiciário.
 - 5.6.6 Competência. Remissão

6. Organização dos Tribunais.

- 6.1 Competência dos Tribunais Judiciais
 - 6.1.1 Noção. Conflitos de competência e de Jurisdição. Modalidades
 - 6.1.2 Competência internacional.
 - 6.1.3 Competência interna.
- 6.2 Tribunais não judiciais. Competência. Traços gerais.
 - 6.2.1 Tribunal Constitucional
 - 6.2.2 O Supremo Tribunal Administrativo e os demais tribunais administrativos e fiscais.
 - 6.2.3 O Tribunal de Contas.
 - 6.2.4 Tribunais de conflitos
 - 6.2.5 Tribunais Marítimos.
 - 6.2.6 Julgados de paz
 - 6.2.7 Tribunais militares
 - 6.2.8 Tribunais arbitrais.

19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade presencial
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar.
- Resultados obtidos nos testes presenciais administrativamente fixados pela Universidade

20. Recursos Didáticos

- Power-point (organigramas - peças processuais)
- Bases de Dados on line (jurisprudência)

21. Objetivos de Sustentabilidade



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Gerais

- 1 - Assegurar a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e cultural de qualidade.
- 2 - Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- 3 - Garantir a igualdade de oportunidades no ensino universitário, incluindo às pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 4 ? Promover a desmaterialização do processo de ensino/aprendizagem de forma gr

22. Palavras Chave

Tribunais - Competencia - Processo - Jurisdição



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): António Júio Cunha
Título: Direito Processual Civil Declarativo
Edição: 2ª Ano: 2015
Local: Lisboa
Editora: Quid Juris

Autor(es): José Lebre de Freitas
Título: A Acção Declarativa Comum, À luz do Código de 2013
Edição: 4ª Edição Ano: 2013
Local: Coimbra
Editora: Coimbra editora

Autor(es): José Lebre de Freitas
Título: Introdução ao Processo Civil- Conceito e Princípios Gerais
Edição: 3º Edição Ano: 2017
Local: Coimbra
Editora:

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): António Vieira Cura
Título: Curso de organização judiciária
Edição: 2ª Ano: 2014
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): Gomes Canotilho
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição
Edição: 7ª Ano: 2003
Local:
Editora: Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Ficha técnica MIP / MIP Datasheet	
Título / Title	Programa da unidade curricular 'ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA': Ano Lectivo 2024/2025
Autor / Author	Prof. Doutor LÚCIO MIGUEL TEIXEIRA CORREIA
Classificação / Classification	-
Descritores / Descriptors	-
Colaborador(es) / Colaborator(s)	-
Data Hora / Date Time	03-10-2024 14:02:00
Formato de dados / Data Format	Texto / Text, PDF
Estatuto de utilização / Usage	Acesso público / Public Access
Relação / Relation	Versão 2,0
(c) Universidade Lusíada, 2024	